

# A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL E A AGRICULTURA PORTUGUESA

Manuel Augusto Soares  
Presidente da APH



O século XX ficou marcado por várias crises: de natureza financeira, energética e outras de menor dimensão, com efeitos devastadores na economia dos países desenvolvidos (crash bolsista de 1929, 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, choque petrolífero de 1972, etc.), que tiveram contudo a virtualidade de demonstrar, que o sistema de livre economia de mercado em que temos vivido, teve não só a capacidade para a sua superação a curto prazo, bem como a enorme potencialidade de gerar riqueza e bem estar, sem precedentes em toda a história da Humanidade.

Todavia, pela sua natureza global e abrangente, a situação que estamos a viver actualmente não tem paralelo com as anteriores, porque no fundo estamos a ser confrontados com quatro crises em simultâneo, quase impensáveis há pouco mais de um ano atrás: financeira, energética, alimentar e ambiental, que

interligadas entre si, atingem repercussões graves no nosso quotidiano, e obrigam a repensar comportamentos e paradigmas de desenvolvimento civilizacional. Para além do impacte negativo no crescimento do PIB para os próximos anos, os efeitos são também de natureza psicológica, porque ao sermos bombardeados diariamente com notícias pessimistas – nesta aldeia mediática em que o mundo se transformou – dificilmente poderemos manter níveis de optimismo e sinais de confiança no futuro, quando tudo parece desmoronar-se à nossa volta e não se vislumbra a luz no fundo do túnel.

**Atendendo à natureza desta revista, vamos centrar obviamente a nossa atenção sobre a crise alimentar, que, embora não possa desassociar-se inteiramente das outras, tem contornos mais definidos e causas identificáveis, e é aquela que em nosso**

**entender pode mais facilmente ser ultrapassada a nível mundial, e contrariamente mais difícil de vencer no plano interno, face ao abandono a que a nossa agricultura foi votada nas últimas três décadas, por falta de políticas nacionais coerentes, que puseram em causa a nossa independência em situações de crise como esta, e trouxeram à luz do dia a vulnerabilidade de um país, que nos bens alimentares essenciais depende completamente das importações.**

O cidadão comum pode e deve interrogar-se como foi possível chegar-se a esta situação, quando sempre ouviu falar do problema dos excedentes alimentares, dos baixos preços dos cereais e oleaginosas, e sobretudo duma Política Agrícola Comum, que nos últimos anos, teve como principal instrumento de gestão da produção europeia, o famoso regime do *set a-side*,

que impôs o abandono obrigatório de vastas áreas agrícolas, subsidiadas para ficarem em pousio, e que no conjunto da União atingem 3,2 milhões de hectares, e teve como principal objetivo diminuir o número de agricultores activos.

Mas mais perplexo ficará ainda, quando lhe dizem que a principal causa da subida resulta, tal como no petróleo, de uma maior procura de alimentos por parte dos dois países mais populosos do mundo: a China e a Índia, que por si só representam mais de metade da população da Terra, com crescimentos anuais da ordem dos 11 % e 9% respectivamente, e onde um terço dos seus habitantes atingiram rendimentos que lhe permitiam melhorar o seu nível de vida e aceder a melhor alimentação.

Então perguntar-se-á, mas esta situação não é normal e desejável, ou pretendia-se que esses povos continuassem a alimentar-se com uma tigela de arroz, quando o seu poder de compra cresce a olhos vistos?

E não é verdade também, que nos países de terceiro mundo, sobretudo em África, na América Latina e partes da Ásia, um quinto da população mundial vive diariamente abaixo do limiar da pobreza, passando fome, sem que esse flagelo tenha preocupado muito os países ricos, ou perturbado a consciência dos que semeiam conflitos e espalham guerras e invasões, para proteger interesses unilaterais e hegemónicos, e apostam em políticas armamentistas, que absorvem poderosos recursos, que só por si seriam mais que suficientes, com as novas tecnologias de produção existentes, para erradicar a fome do mundo a médio prazo, se fossem canalizados para investimentos e programas de ajuda à agricultura desses países? Não basta dar o peixe, é preciso ir mais longe e, ensinar a pescar, para que a curto prazo, se possam libertar da dependência, da caridade internacional, que alimenta a corrupção e o poder dos que controlam a sua distribuição.

Tudo isto é verdade, e do conhecimento há muito tempo, das organizações internacionais como: o Banco

Mundial, o FMI e a FAO, que podiam e deveriam, ter feito muito mais para precaver e inverter esta situação insustentável, de profunda injustiça, onde o fosso entre ricos e pobres, entre o hemisfério norte e o hemisfério sul, se tem vindo a agravar cada vez mais, de forma irreversível.

Lamentavelmente, o aumento da produção de bens comestíveis para alimentar a população mundial e a busca de alternativas ao petróleo – concentrado nas zonas mais instáveis do planeta e nas mãos de governos ditatoriais e corruptos, na maior parte dos casos – nunca constituíram qualquer prioridade estratégica para os EUA e para a União Europeia, com os resultados trágicos que hoje estão à vista.

**Pelo contrário, os dois blocos contribuíram com as suas políticas de forte subsidiação dos seus agricultores e das exportações, para agravar a crise nos países mais pobres e em vias de desenvolvimento, arruinando as agriculturas locais, que deixaram de ser competitivas, em relação aos preços praticados por estes países nos mercados internacionais, sobretudo na produção de cereais e oleaginosas, passando de produtores a importadores e arrastando milhares de pequenos agricultores para a miséria e o desespero.**

O caso mais paradigmático, destas políticas iníquas é o que aconteceu recentemente no Haiti: onde se geraram violentos motins, que trouxeram a crise agrícola para as primeiras páginas dos jornais, e onde a revolta contra a subida do arroz, principal fonte de sustento de 8,5 milhões de habitantes, provocou mortes e feridos e a queda do governo.

O que é trágico, é que o Haiti onde 80% da população vive com menos de dois dólares por dia, era até há poucos anos, quase auto-suficiente em arroz, até que os EUA começaram a exportá-lo para aquele país a preços altamente subsidiados, levando os agricultores locais ao abandono desta cultura, e daí até à fome generalizada foi um pequeno passo.

**Para além destas causas que eram previsíveis e evitáveis, juntaram-se outras circunstâncias que agrava-**

**ram ainda mais a crise: como os maus anos agrícolas, devido à seca nos EUA, na Austrália e no Canadá, que fizeram diminuir drasticamente os stocks de segurança, o aumento galopante dos factores de produção, como os adubos, que duplicaram de preço e o peso da factura energética devido ao custo do petróleo, numa actividade que é das mais exigentes em mecanização, transportes e transformação. Também o desvio para a produção de biocombustíveis, embora com menos impacto do que se apregoa, e a entrada de fundos de investimento com intui-tos especulativos nos mercados de futuros, contribuíram para agravar ainda mais uma crise que está longe de ser passageira, e que veio para ficar, porque o tempo da alimentação barata faz parte de um passado que dificilmente voltará, segundo muitos especialistas.**

Mas será que a globalização total dos mercados agrícolas, que por enquanto não existe como vimos, poderá ser como muitos defendem, a solução ideal para resolver a crise agrícola, e que os bens alimentares à luz do comércio internacional, podem ser vistos e tratados como outra qualquer mercadoria não comestível, e sujeitos às mesmas regras da Organização Mundial do Comércio? Pensamos que não! Porque, se por um lado, se afigura justo eliminar subsídios à exportação de produtos agrícolas nos EUA e na Europa, e as barreiras para a importação de bens originários de outros países, incluindo os menos desenvolvidos, por outro lado, os Estados não devem abdicar da sua produção própria, e do direito de defenderem uma reserva estratégica, que lhes permita salvaguardar a sua auto-suficiência, até ao limite das suas capacidades produtivas, numa perspectiva sustentável, porque se trata de uma questão vital e de um direito básico de qualquer ser humano, que deve estar salvaguardado em todas as circunstâncias.

**Partindo da situação internacional para o contexto nacional, constatámos que o nosso nível de auto-suficiência em bens alimentares, passou em menos de 30 anos, de**

**70 para pouco mais de 30%, e que à excepção do leite e do vinho, e em parte da fruta e produtos hortícolas, a nossa dependência é verdadeiramente trágica, porque mesmo no sector pecuário como a avicultura, onde aparentemente preenchemos as necessidades da procura interna, a nossa dependência indirecta é total, porque as rações são fabricadas com cereais importados. A produção de trigo satisfaz apenas 10% das nossas necessidades, o girassol 12% e só no milho, onde houve alguns progressos vamos além dos 50%. Isto significa, que os sucessivos governos depois do 25 de Abril, nunca tiveram uma visão estratégica para a agricultura portuguesa e ficaram completamente dependentes das directivas de Bruxelas, quase sempre lesivas para os interesses nacionais e para a nossa independência alimentar, e cedo deixaram cair a bandeira da nossa especificidade.**

A aplicação cega e sem imaginação, duma política agrícola, desenhada para os cereais, a carne e o leite dos países do centro e norte da Europa, num território em que apenas cerca de um terço da superfície tem aptidão agrícola, e com uma estrutura fundiária muito pulverizada no centro e norte, a que se juntam outros condicionalismos de diversa natureza como: um clima pouco favorável, e baixo potencial dos solos para este tipo de culturas, e o envelhecimento e fraca preparação profissional dos agricultores, levaram ao abandono e desertificação do país, com todas as consequências que hoje observamos.

Como se isso não bastasse, o urbanismo selvagem e sem controlo e a proliferação de construção em toda a parte, promovida pelas autarquias, conduziram à destruição e inviabilização de vastas áreas agrícolas e a um desordenamento do território que já não é reparável.

Com a destruição da débil estrutura produtiva e a concentração da população na faixa litoral e nas duas grandes áreas metropolitanas, no interior rural desertificado, ficou apenas uma população envelhecida e sem futuro, a viver à custa da Segurança Social e de pequenos subsídios, com enormes

custos em termos económicos, sociais e ambientais.

Não obstante todas as limitações de que falámos, era possível manter uma agricultura tradicional no interior do país, como agora já se apregoa, mas sem nenhuma medida concreta nesse sentido, que poderia produzir grande parte do que consumimos sem grandes custos adicionais.

**A implementação de um programa de viabilização da agricultura tradicional, sairia mais barato para o país, do que recorrer às importações, e acima de tudo devolveria a auto-estima a milhares de pequenos agricultores, que gostariam de sentir-se úteis continuando a produzir.**

**A maior parte dos pequenos agricultores deixaram de produzir para o mercado e abandonaram a actividade, porque deixaram de ter canais de escoamento e procura para os seus produtos, e ficaram votados ao total abandono, em nome da competitividade e de políticas pseudo-liberais, que apenas favoreceram o sector do grande comércio de importação em prejuízo do todo nacional.**

Em pouco tempo, a importação maciça de bens alimentares, ironicamente subsidiados, como vimos atrás, levou à destruição da rede de pequenos intermediários e cooperativas que recolhiam, concentravam e distribuíam as pequenas produções locais, e todo um complexo de infra-estruturas verticais de origem corporativa, herdadas do regime anterior, que funcionava bem, e apenas carecia de alguma adaptação: como a rede de celeiros da EPAC e as Juntas Nacionais das Frutas, Azeite, e Produtos Pecuários, com grande capacidade de intervenção, que foram desmanteladas em nome do "sagrado" princípio da liberalização do mercado, atrás do qual se esconderam e prosperaram poderosos negócios privados.

Poderíamos dar muitos exemplos do que atrás referimos em relação a vários produtos, mas pensamos que o caso da batata é em si mesmo paradigmático. Em Trás-os-Montes e nas Beiras, em pequenas parcelas regadas e mesmo de sequeiro, produzia-se a melhor batata do país, mas hoje essa

produção de dezenas de milhares de toneladas praticamente desapareceu, e ficou reduzida ao autoconsumo.

Mesmo na região de Chaves, onde existe uma cooperativa que recebe, calibra e embala a produção dos seus associados, esta unidade depara-se com grande dificuldade, em colocar no mercado este produto essencial, e competir com a batata de outras origens, de menor qualidade que invade o mercado.

Claro que o consumidor português, deslumbrado com o *marketing* das grandes superfícies, não está isento de culpa nesta história, porque ao comprar um produto estrangeiro de má qualidade, às vezes por diferenças de alguns centimos, está com o seu gesto a matar a produção nacional e a contribuir para aumentarmos a nossa dependência e empobrecimento. É certo, que muitas vezes essa alternativa nem sequer existe, porque as grandes cadeias optam por vender apenas o que é mais barato, ou mais fácil de adquirir em quantidade, excluindo o produto nacional.

Embora seja tarde para inverter esta situação, torna-se urgente passar das palavras aos actos e reconhecer que existem duas realidades distintas na agricultura portuguesa, que exigem tratamento diferenciado e programas distintos.

A agricultura competitiva praticada sobretudo no Ribatejo e partes do Alentejo, em grandes explorações e fortemente mecanizada, pode continuar sob a tutela de Bruxelas e das suas medidas, mas a outra agricultura tradicional praticada no resto do país, em pequenas e médias explorações, carece de um programa específico nacional, que assente na valorização da imagem destes produtos, e acima de tudo, crie condições para que os produtores voltem a ter acesso ao mercado a preços compensadores.

**Para tal, é necessário recriar uma rede de escoamento, e reconhecer que o agricultor tem direito a uma remuneração justa, que incorpore para além da função produtiva, todas as outras actividades que desempenha: no âmbito da protecção da natureza, da paisagem, do ambiente e da ocupação do território.**

O restabelecimento deste quadro, poderia e deveria passar pela revitalização das cooperativas de compra e venda, que existiam em quase todos os concelhos, e de outras unidades de transformação, para além do incentivo à formação de novas empresas de armazenamento e distribuição, e também fomentar o aparecimento de novas Organizações de Produtores.

Nesta perspectiva, os agricultores seriam incentivados a produzir, e teriam que declarar no início de cada campanha os produtos e as áreas a cultivar, para garantir o mínimo de racionalidade ao sistema, podendo as organizações locais, através do apoio do Estado assegurar-lhes um preço minimamente justo, baseado no custo médio de produção e com uma componente de subsídio, sempre que o valor do mercado se situasse abaixo do preço de referência.

Estes produtos lançados no mercado, passariam a ter direito a uma imagem própria e seriam identificados com a Designação (Marca) de Agricultura Tradicional e teriam direito à Indicação Geográfica ou Denominação de Origem Protegida como já se encontra regulamentado.

Os consumidores, devidamente sensibilizados, através de campanhas sérias, até podiam pagar um pouco mais em relação aos produtos da agricultura industrializada (menos ecológica), estabelecendo-se uma cadeia de solidariedade nacional em defesa dos produtos tradicionais, o que poderia vir a atenuar o pagamento de subsídios.

Os ganhos com a adopção de uma política desta natureza, seriam enormes em todas as vertentes: para além de reduzir a nossa dependência do exterior, salvaguardando o futuro; revalorizava-se a produção e a economia do interior do país; fixavam-se populações e evitava-se o abandono e o desaparecimento de muitas aldeias; criavam-se condições para o regresso à terra de jovens que hoje não têm qualquer possibilidade de emprego nas cidades; fortalecia-se a coesão nacional, a ocupação do território e a segurança dos cidadãos. Poderia reduzir-se também

o flagelo dos fogos florestais que têm enorme custo para o país, e cuja principal causa é o estado de abandono, de vastas áreas antes cultivadas, e que serviam de barreira à propagação dos incêndios, e hoje estão cobertas de biomassa altamente combustível.

**Para terminar, queríamos afirmar que, apesar desta crise resultante de políticas erradas a nível mundial, nunca como hoje, existiram condições tecnológicas para produzir alimentos em quantidade suficientes para alimentar a população nas próximas décadas – mesmo tendo em conta o seu crescimento.**

**Os progressos das ciências agrónomicas: no melhoramento das plantas em geral, na obtenção de plantas transgénicas mais resistentes e produtivas, no desenvolvimento de outros factores de produção mais eficazes e amigos do ambiente; a sofisticação da mecanização e da rega, e o progresso das culturas sem solo, são garantias de que poderemos obter maiores produções, em menores áreas e com menores custos.**

Mas para inverter esta tendência, os países em vias de desenvolvimento, e as instituições financeiras mundiais, têm que voltar a apoiar e apostar no investimento na agricultura, que deixou de existir nos últimos anos, porque os governos, acreditaram que a importação de bens alimentares continuaria sempre barata – erros que hoje estão-se a pagar caro.

**A nível nacional, precisamos do regresso à agricultura, para acabarmos com o espectáculo degradante de vastas áreas do território, votadas ao mais completo abandono – é claro, que, aqui entra também a fileira florestal, onde finalmente estão a ser tomadas, depois da catástrofe dos incêndios, algumas iniciativas incipientes.**

**Quem pensar, que as medidas que preconizamos, são utópicas, inviáveis e proteccionistas, deverá apresentar alternativas, e explicar como é que se pode aumentar a produção, com insistência nas medidas actuais da PAC, que nos levaram à ruína.**

**Claro que a nossa recuperação vai ser mais lenta como afirmámos,**

**porque é preciso vencer muitos inimigos que estão dentro do sistema: a começar pela mentalidade instalada de que o agricultor é um cidadão de segunda, que vive de subsídios, e que a agricultura é uma actividade condenada no nosso país. Mas há mais, muito mais: desde logo a inacção do poder político que ao longo dos anos nada mais tem feito que aplicar servilmente directivas de Bruxelas, e que nunca foi capaz de um rasgo de coragem, de ter uma ideia, de pensar em termos nacionais e romper com a burocracia asfixiante da PAC. Na mesma linha vêm os fundamentalistas dos Parques e Reservas Naturais, e da “Rede Natura”, onde por enquanto, ainda vão tolerando o agricultor, mas fazem-lhe a vida num inferno, com todo o tipo de proibições. Construir um armazém, abrir um furo ou uma charca, ou fazer uma pequena albufeira, tudo isso na sua perspectiva, são atentados ao ecossistema, que é preciso dificultar, ou mesmo impedir, com a regulamentação mais retrógrada e absurda. Com esta gente, e com estas mentalidades, todos os dias damos “tiros no pé”, e se calhar quando acordarmos é tarde de mais!**

Sobre os malefícios para a agricultura e para o desenvolvimento do país, decorrentes de algumas posturas pseudo-ambientalistas, que têm sempre eco na comunicação social, falaremos num dos próximos editoriais.

A terra é um bem precioso e escasso, que tem que estar ao serviço de toda a comunidade e não pode mais continuar ao abandono, porque produzir alimentos é uma questão de soberania e independência nacional!

